



Anais da Assembléia

Nº 187

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 14 DE DEZEMBRO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP - 10: Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT - 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; PTB - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; PFL - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Pérciles H. Mello - Angelo Vanhoni; PSDB - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; PPR - 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC - 01: Jocelito Canto.

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 039.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 1995

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

Às quinze horas e vinte minutos, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmias da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO N° 4036

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2.^a discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 14.12.95

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 023/94, de autoria da Comissão Executiva, que aprova a Construção da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.E.M.A.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

A emenda com parecer favorável da Comissão de Justiça. O Sr. 1º Secretário fará a leitura da Emenda.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) - (Lê Emenda).

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Em votação.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Sr. Presidente, não entendi direito do que é que trata este projeto e gostaria de pedir a V.Exa. consideração no sentido de que o 1º Secretário faça a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aprova a construção da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto, conhecida também por Tijuco Louco.

O SR. NEIVO BERALDIN - Sr. Presidente, não conheço esse projeto, a ele não tive acesso e acho que nenhum Deputado aqui teve acesso, e me parece que é um assunto de maior importância para o Estado do Paraná, porque estamos passando ao Grupo Votorantim, um espaço bastante significativo do território paranaense, e que no mínimo, o Grupo Votorantim deveria deixar aqui um benefício para o Estado do Paraná, no mínimo em geração de ICMS; apenas ocupar as nossas águas, o nosso território, para fortalecer, para duplicar, multiplicar as Empresas de alumínio que ele detém em São Paulo, não vai trazer benefício nenhum ao Paraná, vai trazer sim, eventualmente, alguns empregos na obra, do que depois no andamento, no tocante à operação da empresa de energia. Ela apenas requer alguns técnicos que nem sequer são brasileiros, geralmente eles acabam vindo aqui

para o Paraná, de outros países.

Portanto acho que teremos muito que conversar. Não quero me manifestar contra esse empreendimento no Paraná, mas quero dizer que nós deveríamos ter aqui uma compensação em termos de ICMS, e, no mínimo, o grupo Votorantin deveria instalar aqui uma fábrica de alumínio aonde geraria uma receita ICMS muito grande, haja visto que a fábrica de alumínio apenas consome energia elétrica.

Senhor Presidente, não me considero suficientemente esclarecido para votar tão importante matéria numa sessão extraordinária, sendo que nem sequer tive tempo de ouvir o objeto do atual projeto.

Peço a consideração dos Senhores Deputados para que eles possam no mínimo adiar a votação para a próxima terça-feira, a fim de que os Deputados possam conhecer. Não sabia, não vi e não conhecia este assunto que saiu na pauta de hoje. Considero um assunto muito importante e muito polêmico e a Casa precisa ser esclarecida sobre este assunto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência, pelo jeito está bem informado. Mais informações que Vossa Excelência prestou, é impossível.

Deputado Chab com a palavra.

O SR. RICARDO CHAB - Gostaria até, no sentido de esclarecer porque fui procurado pela comunidade da cidade em questão, do prolongamento da Ribeira, da estrada da Ribeira do Vale da Ribeira e a comunidade, Deputado Neivo Beraldin, que me procurou, pessoas da comunidade, pedem inclusive empregos aos Deputados. Estão pedindo emprego porque, segundo eles, teríamos uma mão-de-obra, pelo menos o trabalho. É a informação que tenho e por isso levanto esta questão.

Precisamos discutir isto aqui. Aí, o Deputado Neivo levanta isto. É importante que discutamos a fundo este assunto aqui na Assembléia porque de repente, nós podemos votar algo, chegou a informação para mim que seria para benefício da sociedade.

Os moradores lá, de Adrianópolis, seriam beneficiados com a construção da Usina porque teriam uma mão-de-obra e pelo menos teriam onde trabalhar. Foi a informação que eu tive e gostaria de discutir amplamente com a imprensa, amanhã.

Obrigado.

O SR. TOTI COLAÇO - Sr. Presidente, apenas para encaminhar a emenda que está sendo votada. Esta emenda é de minha autoria e diz o seguinte: que todas as empresas a serem construídas através da construção desta nova Usina, todas as empresas sejam construídas no território paranaense; o

que advir na construção da própria Usina deverá ser instalado, construído no território do Estado do Paraná.

Por essa razão, é que peço o apoio, evidentemente, nesta emenda que acho muito importante para o nosso Estado, principalmente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A construção da Usina de Tijuco Alto é de fundamental importância para o Vale da Ribeira. Uma região pobre; uma região esquecida; uma região que não recebeu em momento algum o atendimento que merece para que possa ter um progresso maior.

Eu, Deputado Anibal Khury, Deputado Kielse e mais alguns parlamentares, já discutimos em várias ocasiões, com o prefeito de Vale da Ribeira a respeito deste processo. E este processo está bastante avançado e, evidentemente aguardando apenas autorização da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O Vale da Ribeira, tem a certeza da construção da Usina e vai ter um avanço extraordinário. A região terá ganhos no aspecto econômico e sobretudo na ecologia humana, porque o Vale da Ribeira poderá desenvolver o seu potencial, criando novas oportunidades de trabalho, de oferta de energia elétrica; de construção de estradas; de exploração do turismo ecológico e outros benefícios. Quem está dizendo isto é o Presidente da Assembléia, Deputado Anibal Khury, a exemplo também das colocações feitas pelos prefeitos da região que será beneficiada com a construção da Usina de Tijuco Alto.

Ao contrário do que alguns alegam de que a construção da Usina de Tijuco Alto só traz benefícios à CBA, a população da região já começa a colher frutos da obra, cuja previsão de conclusão é para 1999.

Os municípios de Adrianópolis, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Ribeira e os recém emancipados Itaipapuã Paulista, que terão parte de suas terras inundadas pela Hidrelétrica de Tijuco Alto, já estão sendo beneficiados com a Usina que ainda nem começou a ser construída.

Em Cerro Azul e Doutor Ulysses estão sendo feitos estudos para melhorar a qualidade dos cítricos ali produzidos. Além disso foi projetada uma ponte de concreto entre Cerro Azul e Itaipapuã Paulista, ligando o Paraná a São Paulo, que num futuro breve vai facilitar o comércio na região.

Mas as melhorias não param por aí. O grupo, presidido pelo empresário Antônio Ermírio de Moraes, tem projetos para o desenvolvimento sócio-cultural desses muni-

cípios, desde a construção de um abatedouro até a construção de canteiros com flora adaptável ao local. As casas que estavam nas áreas adquiridas pela CBA, na localidade de Quarteirão dos Órfãos, em Cerro Azul, foram doadas para a Prefeitura local, e as famílias arrendatárias, que viviam há muito tempo naquelas cercanias, serão reassentadas em sua própria vizinhança.

Com estas benfeitorias e outras, que ainda estão por vir, comunico à Casa que já há um protocolo de intenções, assinado também com o Governo do Estado, já protocolado no Palácio Iguazu.

Ainda não tive tempo de trazer a esta Casa, mas trarei na próxima discussão desse Projeto, porque ele voltará em 3ª. Discussão, vamos apresentar este protocolo de intenções.

Vou aqui lembrar algumas coisas: Postos de Saúde, creche, escolas, asfaltamento de Bocaiuva do Sul Adrianópolis, da estrada da Ribeira à BR-476, além da mão-de-obra da Usina que vai ser utilizada pela própria localidade. Vou mais ainda, todo o cimento vai sair do município de Rio Branco do Sul em direção a esta Usina, vai gerar um enorme volume de ICMS para o Estado do Paraná.

O Prefeito de Doutor Ulysses é solidário: "A construção da Usina de Tijuco Alto, no curso do Rio Ribeira, em seu trecho localizado entre Cêrro Azul, doutor Ulysses e Adrianópolis, do lado paranaense, representa um impulso decisivo para a retomada do desenvolvimento do Vale da Ribeira".

O Prefeito de Cerro Azul diz que "As expectativas do povo de Cêrro Azul são de melhoria para a região da CBA; enfim, temos as melhores esperanças possíveis."

O Prefeito de Adrianópolis, Teodoro Marques de Oliveira, diz que "O Município vai ser o grande beneficiado com a implantação da Usina, uma vez que 75% do parque das máquinas vai ficar aqui, e com a construção da obra aproximadamente 1.500 pessoas conseguirão emprego, numa época tão difícil para o País".

Então, quero Senhor Presidente, dizer que já está em mãos do Governo esse protocolo de intenções, há o apoio de todos os Prefeitos da região, há o apoio do Presidente da Casa, de alguns dos Senhores Parlamentares, e tenho certeza que é agora o grande momento do Vale da Ribeira. É agora o grande momento de recuperarmos uma região esquecida, abandonada e que tem, certamente, um grande potencial, especialmente na área de turismo e ecologia, e com a Usina de Tijuco Alto tenho certeza que vamos alcançar o crescimento, o desenvolvimento dessa região, Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Me surpreende muito a posição do Deputado Neivo Beraldin. Me surpreende por diversos aspectos porque ele é um defensor da Região Metropolitana, porque ele sabe perfeitamente que a Região Sul do Paraná, a região Metropolitana, é a mais empobrecida e discriminada, não por este governo, mas por todos os que passaram pelo Palácio Iguazu.

A discriminação tem sido violenta, com recursos, investimentos à Região Metropolitana e ao Sul. Quando o Deputado Neivo Beraldin levanta dúvida do ICMS, parece até que ele pensa que somos totalmente leigos, porque sei e entendo, Senhor Presidente, que a emenda do Deputado Toti Colaçi, uma vez mais garante - todos nós sabemos que a arrecadação do produto gerado é aonde é sediada a máquina que gera energia.

O Paraná não vem sequer a ser o Paraguai de Itaipu e São Paulo também não vem ser o Paraguai de Itaipu, porque a usina que se pretende e que esta Casa certamente apoiará, com voto a favor, será única e exclusivamente paranaense e eu, como membro do PTB, teria que sair deste partido no dia de hoje, se eu votasse contra um investimento, a uma região mais necessitada de investimento de todo o nosso Estado. Quem não lembra do grande avanço que o Brasil teve com Getúlio Vargas?

Quem não lembra da PETROBRÁS e da Siderúrgica Nacional e o capital que será aplicado no vale da Ribeira é um capital nacional, não é uma empresa japonesa, não é chinesa, não é portuguesa e nem espanhola, o que existe de mais puro sangue brasileiro, que é o Grupo Votorantim, por isso que nos dá a tranquilidade, tranquilidade mesmo de votarmos por uma região onde não obtive votos, mas que sei que a região sul, a região Metropolitana, para despertar a necessidade de transferências constitucionais, porque transferências do governo, de secretários de Estado ali não chegam, porque ali não tem aeroporto, não tem hotel cinco estrelas, com todo respeito, como Foz do Iguazu tem.

Aqui na nossa região, Senhor Presidente, para conseguirmos levantar a região é na base de transferências opcionais e o que está se propondo para Adrianópolis é uma transferência constitucional do ICMS, que a energia será vendida para São Paulo, mas se o Paraná precisar dessa energia, não será jamais vendida para São Paulo.

Muito Obrigado.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência deve mencionar o artigo do Regimento Interno que está sendo violado.

O SR. NEIVO BERALDIN - Vossa Excelência me faz um pedido que não poderei responder e Vossa Excelência poderá me cassar a palavra.

No entanto peço que considere que vou discorrer sobre esse documento que acabo de receber, porque afinal este projeto não estava na Ordem do Dia e acredito que ninguém aqui tem conhecimento dele.

Gostaria de discutir com mais tranqüilidade...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Artigo 172 do Regimento Interno: "No encaminhamento da votação, será assegurada a palavra a qualquer Deputado, para encaminhá-la...."

O SR. NEIVO BERALDIN - Senhor Presidente, encaminho Requerimento pedindo adiamento dessa discussão para terça-feira próxima.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em fase de votação o projeto, não pode ser retirado da Ordem do Dia.

"Art. 174 - Para encaminhar a votação, cada Deputado, salvo os relatores, só poderá falar uma vez."

O SR. PÉRICLES DE MELLO (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, vou encaminhar contrário o Projeto por um simples motivo: não tenho conhecimento profundo para votar um projeto dessa natureza favoravelmente.

Acho que o projeto entra na última Sessão Extraordinária do ano e precisaria um debate em profundidade, com grupos ecológicos, atuação representativa da região que vai ser atingida.

Sabemos que uma barragem sempre é uma obra complexa e o deslocamento da população que provoca.

Sabemos que grutas serão destruídas naquela região, então não temos condições nesse momento, e acredito que muitos Deputados aqui pela responsabilidade que merece da votação, de votar favorável.

Então, pondo em risco, para poder analisar com profundidade esse projeto, prefiro que ele seja derrotado hoje e que volte o ano que vem e, possamos então, fazer uma discussão ampla, democrática, para saber votar realmente o que está em jogo nesse projeto de um grupo privado, Votorantin.

Então, faço um apelo aos Deputados, na medida que não se pode retirar esse projeto por dois ou três dias, faço um apelo de nossa responsabilidade de votar contra esse projeto, a não ser que possamos então

ter uma semana aí e dez dias para discutir com profundidade um projeto desta natureza.

Por isso, encaminho contrariamente.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Srs. Deputados, eu já era favorável ao Projeto.

Primeiro favorável porque conheço uma região igual a essa topograficamente, que é a Região Sul do Estado do Paraná, que teve construções de usinas no Rio Iguaçu, e aqueles municípios que tiveram a felicidade de ter uma usina na sua área hoje são municípios que estão em situação excelente. Situação econômica e social.

Mas fiquei mais favorável ainda ao projeto depois que ouvi o discurso do Deputado Geraldo Cartário falando em nome do ex-Presidente Getúlio Vargas. Estou vendo que o Deputado Geraldo Cartário realmente se integrou ao PDT e sou favorável, Sr. Presidente.

Quero dizer aos Deputados do PT que estão encaminhando contrários ao projeto, que nós temos conhecimento de regiões que eram miseráveis e que hoje tendo usinas de Foz do Areia, de Segredo, são regiões ricas. É claro que uma usina traz problemas, mas para que tenhamos soluções tem que surgir os problemas.

Por isso peço aos Srs. Deputados, que se possível votemos a favor a esse projeto que vai ser a verdadeira redenção desta região.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Solicito um pouco de atenção de Vossa Excelência, em razão desse projeto.

Quero dizer que o Grupo Votorantin, de propriedade do Senhor Antonio Ermírio de Moraes, obteve o direito da construção de Tijuco Alto através de um decreto do ex-Presidente José Sarney.

O decreto do ex-Presidente José Sarney reza que "toda a energia elétrica produzida por Tijuco Alto será investida única e exclusivamente na sua indústria e nada da energia gerada ali ficará na comunidade". Quero dizer a Vossas Excelências que esse projeto, tramitando nesta Casa, não conseguiu progredir na legislatura passada, justamente porque entrou no afogadilho como hoje entra na última Sessão Plenária e que durante o ano passado a Justiça Federal concedeu liminar contrária à construção desta usina hidrelétrica. E que a alegação do desenvolvimento da região é uma alegação não verdadeira, porque sabemos de todos os problemas sociais que trouxeram para Itaipu Binacional e o que sofre Foz do Iguaçu hoje. É a miséria, é a fome, e é a prostituição para boa parte daqueles que

lá chegaram para construir uma usina e lá ficaram.

E mais, queremos dizer, que o rio Ribeira é o maior rio da Mata Atlântica e percorre um trecho de conservação dessa floresta que será destruído. O rio Ribeira forma a lagamar na sua foz que será destruído com a construção.

A importância da área cortada pelo rio Ribeira foi reconhecida pelo Governo Estadual, esse Governo ecológico, o Governo Federal e mais a UNESCO, como patrimônio, como área de reserva de biosfera. O reservatório Hidrelétrico de Tijuco Alto, vai inundar áreas de cavernas da mata atlântica. O estudo do impacto ambiental para a construção de tal Usina, apenas atendeu um trajeto muito curto do rio e não toda a sua extensão ou a área a ser alagada. Não existem estudos suficientes para avaliar as consequências da alteração do curso do rio sobre esse ecossistema de lagamar na sua foz.

A hidrelétrica de Tijuco Alto será construída pelo Grupo Votorantin, para abastecer exclusivamente - como eu disse, de acordo com o decreto do então Presidente, José Sarney - a fábrica da Companhia Brasileira de Alumínio em Mayrink no Estado de São Paulo. A energia gerada por Tijuco Alto, não será suficiente para suprir a demanda nessa fábrica, em consequência da construção de outras hidrelétricas no mesmo rio e essas outras através da CESP - Companhia de Energia Elétrica do Estado de São Paulo.

Srs. Deputados quais dos Senhores leram tal projeto? É a pergunta que eu faço. Qual aquele que em sua consciência pode dizer: voto nesse projeto porque tenho absoluta certeza que trará progresso e desenvolvimento aquela mísera região? Aquela região precisa ser desenvolvida, não temos dúvida. O Governo do Estado tem capacidade para fazer políticas de desenvolvimento sem a absoluta certeza da não destruição desse patrimônio natural que lá tem, e em contrapartida destrói-se um patrimônio e nada se tem para investir na região.

O decreto é claro, não se pode colocar um foco de luz com energia produzida em Tijuco Alto. E no entanto, aquela população será usada como mão-de-obra barata na sua construção e depois não terá o retorno do desenvolvimento tão falado para a região.

Srs. Deputados, sabemos das consequências de construções de Usinas Hidrelétricas. Podem e devem ser construídas, vejam os exemplos da COPEL: quer fazer qualquer Usina. Essa Casa se envolve no debate. Atuante esta Casa. Se faz comissões de Deputados para visitar a região e junto com a COPEL procurar solução. Agora, como a Votorantin é setor privado se dá de mão

beijada sem nenhum dia, nem uma hora de discussão desta Casa.

Isso é um absurdo, entrar na Ordem do Dia como entra, isso não se pode considerar voto porque a maioria dos Srs. Deputados não tinha conhecimento disso. Não sabia que seria votado, não leu o projeto.

Portanto esse projeto, encaminhamos o pedido ao Sr. Presidente.

Sr. Presidente adie a discussão, vamos colocar em votação no ano que vem, não no período extraordinário é possível, porque a comunidade, as entidades que defendem o desenvolvimento do nosso Estado, seja ele empresarial ou de que nível for, as entidades que defendem o meio ambiente todos têm que debater a construção dessa Usina. Não podemos nessa Casa fazer inúmeras exigências da COPEL, como fazemos e é correto que se faça. Mas, no entanto, aí vemos a Votorantin construir sem nenhuma exigência, sem nenhum critério, sem nenhum princípio, unicamente obedecendo um decreto de José Sarney oriundo da Ditadura.

Sr. Presidente, vamos discutir isto no ano que vem democraticamente, com calma e contando com a participação da sociedade civil organizada.

É esse o apelo que faço, senão seremos obrigados a votar contra, da maneira como entra esse projeto na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pedi para encaminhar este projeto visando a autorização para a construção da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto - Projeto de Resolução - 023/94, porque, ao lado do atual Presidente Anibal Khury e do ex-Primeiro Secretário, Dirceu Manfrinato, tivemos a oportunidade de, no ano de 1.994, receber na Assembléia Legislativa a solicitação de autorização para a construção dessa Usina. E naquela oportunidade, por mais de uma vez, estivemos reunidos, a Comissão Executiva desta Casa, para analisar os documentos que chegavam até nós. E somente após uma análise aprofundada dessa questão é que a Mesa Executiva, representada na ocasião por nós, Orlando Pessuti, pelo Anibal Khury que era o Primeiro-Secretário, e pelo Dirceu Silveira Manfrinato Segundo-Secretário, decidiu apresentar este projeto de resolução, que veio à Assembléia, que veio a este Plenário e foi às Comissões, que recebeu os pareceres, e que foi votado numa primeira ocasião já no ano passado, posteriormente...

Deputado Neivo, quando Vossa Excelência falou, como determina a boa educação, eu ouvi atentamente. Peço que Vossa Excelência se comporte dentro do que diz o Re-

gimento da Casa.

Naquela ocasião o projeto de resolução foi aprovado numa única ocasião, e então atendendo aquilo que o Deputado Rosinha diz hoje, que no ano que vem possamos analisar o projeto, foi assim decidido, deixou-se para o ano que vem de 1994 para 1995.

O Projeto está aí, devo dizer aos Senhores Deputados que na ocasião nós fomos consultar através da nossa assessoria, o Instituto Ambiental do Paraná, que nos informou da realização do RIMA - do Relatório de Impacto Ambiental pelo Instituto Ambiental do Paraná, e também pela SEMA - Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Quer dizer, a questão ambiental já foi analisada, já está toda ela com os seus parâmetros definidos, do que deverá constar no projeto. Além disso, existe junto ao projeto de resolução uma moção dos prefeitos da Região do Vale da Ribeira, Vereadores e demais lideranças, manifestando-se pela aprovação desse projeto e pedindo a construção desta Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto.

Vem posteriormente o Deputado Toti Colação, naquela ocasião com uma emenda que foi agora também analisada, relatada e aprovada pela CCJ, que prevê algumas condições, novas, pré-requisitos para que as empresas que posteriormente venham a se originar, que venham se instalar em função desta Usina Hidrelétrica, no Paraná. Além disso, também sabemos que a energia pode sim, ser produzida no Paraná, e que vai para São Paulo, no caso de ITAIPU, e temos uma briga muito grande na questão do ICMS, mas sabemos também, que essa energia será jogada pelo sistema global de transmissão de energia, e que uma boa parcela dela será utilizada, sem sombra de dúvida, na região do Vale da Ribeira.

Por esta razão, tendo tomado conhecimento, analisado e visto este projeto no ano passado, e tendo junto com o Presidente Anibal Khury, com o Deputado Manfrinato apresentado, quero manifestar o meu total apoio à aprovação deste projeto, e pedir aos senhores Deputados que desta forma também atuem no dia de hoje no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Das manifestações que ouvimos aqui, se os senhores perceberam, com exceção de uma, todas se remeteram ao período legislativo passado, em que atuava como vereador lá na minha cidade.

Então, em primeiro lugar, não conheço o projeto da construção, o teor da resolução ainda não inteiramente, e tenho rece-

bido várias informações de moradores daquela localidade, tenho recebido ofícios dos senhores prefeitos. Hoje pela manhã tivemos dois telefonemas, de um morador e de um grupo de espeleólogos, que cuidam das cavernas, e levanto aqui algumas preocupações com relação a esse projeto. Primeiro, é a rapidez com que ele é colocado em votação, sem o aprofundamento daqueles que estão agora nesta legislatura, mas quero trazer aqui para os Senhores Deputados, a experiência da construção de uma usina, a qual eu e o Deputado Nereu Moura participamos e já outros Deputados participaram da discussão em legislaturas passadas que é a Usina de Salto Caxias e que, num primeiro momento, os prefeitos de toda aquela região, de Três Barras, de Boa Vista Aparecida, de Capitão, apoiaram e quiseram a usina porque trazia riqueza, etc.

Nesse momento está tendo problemas com o deslocamento das populações, com o cronograma de execução das obras, está havendo problemas sociais, porque os meeiros, os pescadores, os filhos emancipados dos agricultores que estão sem terra, estão vindo para as prefeituras trazer seus problemas e lá existe ainda uma metodologia que consideramos boa do ponto de vista operacional, de como será transladada a população atingida pela barragem.

Lá tem todos esses problemas e neste caso, em informações que obtivemos pela imprensa e por relato de pessoas, trata-se de uma usina particular que vai levar energia toda para o Estado de São Paulo e que não estão muito claros, para este Deputado, as condições do remanejamento das populações. Tenho algumas informações, mas insuficientes para produzir o juízo correto da questão.

Existem, por exemplo, algumas incógnitas, com relação aos pescadores. Qual o tratamento dado a eles, já que registro de terras eles não têm? Muitas vezes ele é um cidadão e não consta dos registros oficiais como trabalhador. Que tratamento será dado aos meeiros, aos arrendatários, aos filhos emancipados dos agricultores no processo de remanejamento, a força de trabalho, e quem conhece aí, os Deputados engenheiros agrônomos sabem o que representa isso com relação à propriedade, que é o padrão usado muito nos Estados Unidos com relação às pessoas que trabalham na produção do campo?

Com todas essas indagações, fico me perguntando: estão sujeitos às deliberações a parte do IAP quando se trata das questões da terra, da regulamentação fundiária, quando se trata do remanejamento de populações, quando se trata da questão ambiental, que me parece uma das mais preocupantes, tendo em vista as reservas florestais e as cavernas que ali existem.

Diante dessa perplexidade, do projeto de construção, diante do pouco conhecimento que tenho do projeto de resolução, diante do atropelo dessa resolução e ainda, do pouco conhecimento que tenho da questão inclusive deveriam ser tomadas audiências públicas pelas comissões da Casa, também me sinto impossibilitado de votar tal projeto de resolução, de maneira, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que a minha preocupação básica, não se tratando do mérito, se vai trazer ou não vai trazer progresso, que é um aspecto duvidoso, me preocupo sobretudo com o remanejamento das populações. É uma questão ecológica.

Diante disso eu, se pudesse, optaria pela abstenção, mas diante da impossibilidade voto contra o projeto por não estar suficientemente informado.

Essa era a questão e manifesto mais uma vez, Senhor Presidente, diante da experiência, por estarmos tratando de outras usinas no Estado do Paraná e mais uma vez, estamos falando de energia elétrica do valioso Estado do Paraná com as suas potencialidades hídricas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Último orador inscrito.

Está em votação o Projeto.

A Mesa quer comunicar aos Senhores Deputados que esse projeto está em fase de votação. Foi requerido o adiamento da sua votação por duas sessões em 22 de novembro de 1994. E o projeto está em regime de urgência.

O SR. NEIVO BERALDIN - Sr. Presidente, solicito a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Chamada nominal para quê?

O SR. NEIVO BERALDIN - Para a votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à chamada nominal, requerida pelo Deputado Neivo Beraldin.

Os Deputados que participaram da discussão e votação, não podem se ausentar do Plenário sob pena de terem jeton descontado.

O SR. NEIVO BERALDIN - Sr. Presidente, retiro a votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs. Deputados que aprovam o projeto conservem-se como estão. **Aprovado.**

O SR. NEIVO BERALDIN - Sr. Presidente, verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação, requerida pelo nobre e ilustre Deputado Neivo Beraldin.

Os Srs. Deputados que aprovam, conservem-se como estão.

O SR. NEIVO BERALDIN - Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - De quórum ou verificação de votação?

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, acho que é necessário que se faça uma chamada nominal, para que os Srs. Deputados possam comparecer à votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à chamada nominal do Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal).

Responderam à chamada, 36 senhores Deputados.

Senhores Deputados que aprovam o projeto conservem-se como estão. **Aprovado.**

O SR. DR. ROSINHA - Voto contrário da Bancada do PT, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

O Projeto irá à 3ª Discussão.

Aliás, há Emenda de autoria do Deputado Toti Colaço.

Senhores Deputados que aprovam a Emenda conservem-se como estão. **Aprovado.**

O SR. EMERSON NERONE - Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Amanhã faremos verificação de votação.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Queria registrar a presença dos estudantes do Curso Técnico de Contabilidade do Colégio Antonio Xavier da Silveira do Município de Irati.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado, satisfação desta Casa.

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 309/95 de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Fixa o vencimento mensal de cargos de Auditor, Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas e do Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas, a

partir de 1º de agosto de 1995. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EMENDA DA C.C.J.. Aprovado.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 502/95 de autoria do Deputado Élio Lino Rusch que declara de Utilidade Pública a Associação Municipal dos Técnicos Agrônomos, Veterinários e Engenheiros do Município de Santa Helena - ATAVE, e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 546/95 de autoria dos Deputados Orlando Pessuti e Miltinho Puppato que cria o Município de Novo Pirapó, desmembrado do Município de Apucarana. PARECER DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Emerson Nerone, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 546/95
EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 01

Altera a redação do item 1 do artigo 1º do Projeto de Lei nº 546/95, que passa a vigorar com o seguinte conteúdo:

"Art. 1º - ...

1 - Com o Município de Apucarana

Inicia na estrada do Benjoin, na divisa dos Lotes 1-E e 1 conjunto com o 167, segue por esta divisa até o ribeirão Ubaituba, deste segue o referido ribeirão, subindo até a divisa dos Lotes 1-C e 60, deste ponto segue esta divisa passando pela divisa dos Lotes 1-C, 1 conjunto com o 167, 60-A, 60, 36 e 61 até encontrar o córrego Yara; deste ponto segue-se o referido córrego, descendo até encontrar sua foz com o ribeirão Indaia; deste ponto segue-se o ribeirão Indaia, descendo até a divisa dos Lotes 132-A/133-A e 131-A; deste ponto segue-se a referida divisa até encontrar a estrada Municipal (estrada da Serrinha) que dá acesso à BR-376, segue por esta até encontrar a BR-376, segue por esta até encontrar a PR-170, segue por esta na direção Sul até encontrar a cabeceira do córrego Itacoatiara, desce por este até encontrar sua foz com o ribeirão Cambira."

Sala das Comissões, em 14.12.95.

(a) EMERSON NERONE

Apoio: Péricles Mello, Irondi Pugliesi, Doutor Rosinha e Irineu Colombo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Enquanto se discute o projeto, a Mesa vai prosseguir na votação até que as partes interessadas se entendam.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 216/95, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que equipara a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR à Órgão Especial de Pesquisa. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.E.C.E. e C.A.I.C.. SUBSTITUTIVO GERAL COM PARECER FAVORÁVEL DA C.E.C.E. e C.A.I.C.. (Publ. no D.A. nº 67, de 12.06.95)

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
AO PROJETO DE LEI Nº 216/95

Art. 1º - Fica o Governo do Estado, de acordo com os arts. 87, XVII e 54, XXI, da Constituição Estadual, e para os fins do disposto na alínea "c" do § 3º do artigo 1º da Lei nº 7.827 de 29/12/93, autorizado a celebrar convênio com a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR, para que esta possa atuar como entidade oficial de pesquisa.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14.12.95.

(a) EDGAR BUENO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 216/95

PARECER:

Visa o presente projeto de lei, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, equiparar a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR a órgão oficial de pesquisa, para os efeitos do disposto na alínea "c" do § 3º do artigo 1º da Lei 7.827 de 29 de dezembro de 1983.

A Lei 7.827/83, em seu artigo 1º, § 3º "c", dispõe que a indústria importadora, produtora ou manipuladora de agrotóxicos ou biocidas, postulantes do cadastramento perante a Secretaria de Agricultura e Secretaria do Interior "apresentará, obrigatoriamente, ao cadastrá-lo, cópia do relatório da Instituição de Pesquisa que desenvolveu os ensaios de campo para as indicações de uso e doses recomendadas por cultura do produto registrado no Ministério da Agricultura ...".

O presente projeto de lei pretende equiparar, ou seja, igualar a OCEPAR a órgão de pesquisa.

É o relatório.

PARECER

Embora seja procedente a preocupação do nobre Deputado em credenciar a OCEPAR como órgão oficial de pesquisa, e em que pese ser a OCEPAR entidade declarada de Utilidade Pública e de reconhecida idoneidade técnica, não encontramos embasamento legal para o presente projeto de lei.

Encontramos, sim, um óbice constitu-

cional à sua normal tramitação. A Constituição Estadual dispõe:

"Art. 87 - Compete privativamente ao Governador:

...
XVII - celebrar ou autorizar convênios ou acordos com entidades públicas ou particulares, na forma desta Constituição.

Art. 54 - Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa:

...
XXI - autorizar convênios a serem celebrados pelo Governador do Estado, com entidades de direito público ou privado e ratificar os que, por motivo de urgência e de relevante interesse público, forem efetivados sem essa autorização, desde que encaminhados à Assembléia Legislativa, nos noventa dias subseqüentes à sua celebração."

O projeto deveria ser no sentido de autorizar o Governo do Estado a celebrar convênio com a OCEPAR, para que esta atue como órgão oficial de pesquisa. Desta forma, o convênio pode facilmente ser cancelado a qualquer momento, de acordo com a conveniência administrativa do Estado, ao passo que a revogação de uma lei ensejaria maiores dificuldades.

O parecer é, portanto, favorável de acordo com a emenda a ele apresentada, que transforma-o em projeto autorizatório.

Sala das Comissões, em 10.10.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EDGAR BUENO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTE
PROJETO DE LEI Nº 216/95

Autor: Orlando Pessuti.

P A R E C E R:

O presente projeto de lei equipara a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR a órgão oficial de pesquisa.

Entendemos que a OCEPAR, por mais que seja reconhecida a sua atuação, não compete a como entidade atuar no campo dos órgãos oficiais de pesquisas. Pois as suas atribuições voltam-se aos interesses de seus associados.

Neste sentido apoiamos a Emenda Substitutiva Geral do Projeto de Lei nº 216/95 de autoria do Deputado Edgar Bueno.

Nosso parecer é contrário ao projeto e favorável ao substitutivo.

Sala das Comissões, em 01.11.95.

(a) PÉRICLES MELLO
Presidente e Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 216/95

P A R E C E R:

O projeto de lei em questão, de autoria do ilustre Deputado Orlando Pessuti, vem propiciar a agilização no atendimento à Lei nº 7.827, art. 1º, § 3º, alínea "c", no que tange à apresentação do laudo de eficiência agrônômica e de resíduos tóxicos, para cadastro de agrotóxicos junto à Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, credenciando a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR, a expedir o referido laudo.

Acatando as argumentações, as justificativas legais, o parecer e o substitutivo geral da C.C.J. relatados pelo nobre Deputado Edgar Bueno, este relator vem emitir o parecer da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio favorável ao projeto autorizatório.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.95.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
AUGUSTINHO ZUCCHI - Relator

Em votação.

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, havia solicitado encaminhamento desta questão, do item 5.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para justificar o seu voto? Já está aprovado.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Presidente, pedi antes e talvez o Senhor não tenha ouvido.

Esse Projeto de Lei nº 216/95 que equipara a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR a órgão especial de pesquisa, vejo com muita preocupação, Senhores Deputados, porque, por mais que tenhamos ligação próxima com o sistema cooperativo, no qual também fui associado quando agricultor e também por mais que conheça e saiba como este órgão trabalha, não posso admitir, como legislador e homem público, que uma entidade privada esteja autorizada para ter os mesmos poderes de uma entidade oficial. Por quê digo isto?

Na questão específica, quando se trata de emitir relatório para permitir a venda de um determinado agrotóxico ou defensivo agrícola aqui no Estado do Paraná, o órgão oficial tem que fazer uma pesquisa, um ensaio de laboratório e emitir o laudo: se este produto está ou não autorizado para a venda no Estado do Paraná.

Então, as cooperativas também emitindo laudo, vão ocasionar problemas, porque estas mesmas empresas, Bond Carneiro, Bayer do Brasil, etc, são patrocinadoras de programas junto às cooperativas; são patrocinadoras de jornais; vendem junto às cooperativas seus produtos.

Portanto, aquele que é patrocinado por uma empresa, vai dar laudo contrário à venda de produtos desta empresa? É claro que não.

Então, diante desta preocupação e ainda salvaguardando interesse do Estado, que é o de ter um órgão de controle público, de controle popular para emitir laudos, tem que estar diretamente subordinado ao Governo do Estado do Paraná.

Por mais que eu preze a intenção do Deputado Orlando Pessuti, no meu entendimento teórico dentro dos princípios do Estado, acho que este projeto prejudica a soberania do Estado, quando ele tem sob a tutela pública o dever de controlar os produtos e aquilo que interfere no meio ambiente e nas condições de vida e bem-estar da população em geral.

Portanto, o meu voto contrário a este projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam, conservem-se como estão. **Aprovado.**

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 510/95, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que altera os §§ 2º, 3º e 4º do Art. 12 da Lei nº 9887 de 30/12/95 - (Funcionários - Professores). **PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 167, de 27.11.95)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 510/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei tem perfeita adequação às normas constitucionais, uma vez que o funcionário inativo possui, em relação à revisão dos proventos, os mesmos direitos dos funcionários em atividade.

O caso presente busca estabelecer um parâmetro correto para a aplicação, aos funcionários inativos, dos direitos adquiridos pelos funcionários em atividade, relativamente à gratificação de incentivo.

As orientações da Procuradoria Geral do Estado e do Conselho Federal de Educação, relatadas pelo nobre Deputado Joel Coimbra em sua justificativa, demonstram satisfatoriamente que os funcionários inativos, ou que estejam prestes a se aposentar, possuem esses direitos contemplados agora pelo projeto em tela.

Apenas três reparos se fazem neste momento, dois de ordem redacional, e outro de cunho político-administrativo.

Quanto à redação, deveria ser colocado o advérbio "anteriormente" em lugar do adjetivo "anterior", após a palavra nomeados, no § 2º para ficar:

"nomeados anteriormente à Constituição..."

Da mesma forma, o verbo "fica", do início do § 4º, deve ir para o plural, por concordar com "benefícios", e a palavra "deferidas" deveria vir no singular, por concordar com "pensão".

O reparo de ordem político-administrativa se refere à redação do § 3º. Aí está inserto que o benefício será concedido a todos aqueles que pedirem aposentadoria até 31 de dezembro deste ano, ou que nessa mesma data (31.12.95) tenham completado tempo de serviço suficiente para se aposentarem.

Ora, essa redação, se aprovada, poderá provocar um aceleração nos pedidos de aposentadoria, nada conveniente para a administração estadual, ou para as Universidades, nem favorável ao docente que pretenda ficar ainda algum tempo em serviço, apesar de ter tempo para a aposentadoria.

Por isso, o parecer é no sentido de que se elimine do texto toda a seguinte expressão: "que tenham requerido aposentadoria, com o pedido protocolado até 31/12/95, e àqueles...", e mudando-se o tempo do verbo tivessem para tenham.

O parecer desta relatoria é, pois, pela aprovação integral do projeto, com a seguinte redação aos §§ 2º, 3º e 4º:

§ 2º - A gratificação de incentivo, prevista no art. 11 da Lei nº 9.887, e no Decreto-Lei nº 10.509 de 27 de outubro de 1993, será atribuída aos docentes titulares ativos e inativos, nomeados anteriormente à Constituição Federal de 1967, mediante requerimento; às demais categorias docentes do Ensino Superior, será assegurado o percentual de titulação, conforme ato de nomeação.

§ 3º - Fica assegurado o benefício deste artigo aos docentes que na data de 31 de dezembro de 1995 tenham tempo de serviço suficiente para se aposentarem.

§ 4º - Ficam igualmente assegurados os benefícios deste artigo aos beneficiários de pensão deferida até 31 de dezembro de 1995.

Sala das Comissões, em 12.12.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EDUARDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 510/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Joel Coimbra tem por objetivo alterar os §§ 2º, 3º e 4º do artigo 12 da Lei nº 9.887/95 (funcionários-professores).

Chamada essa Comissão de Educação a analisar o mérito da referida matéria, nada encontramos que impeça sua normal tramitação por essa Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.12.95
(aa) PÉRICLES MELLO
Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela Ordem, com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Estamos hoje no penúltimo dia de funcionamento normal dessa Casa, e sabemos que a criação de municípios só é permitida até o dia 31 de dezembro.

Por esta razão e tendo em vista que o Deputado Nerone ofereceu Emenda ao Projeto de Lei nº 546/95, solicitamos a V. Exa., como já ocorreu em outras ocasiões que, permanecendo a Emenda do Deputado Nerone, caso ele não tenha o convencimento, estamos solicitando-lhe no sentido de retirar esta Emenda, que no nosso entendimento sequer poderia ser apresentada.

Então solicito a V. Exa. que se for do seu entendimento coloque essa Emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 546/95. Não há Emenda. Retirada pelo autor. Aprovado o Projeto, artigo por artigo.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 528/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que cria o município de Coronel Domingos Soares, desmembrado do Município de Palmas. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 74, de 04.12.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 528/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, tem por objetivo criar o Município de Coronel Domingos Soares, desmembrando-o do Município de Palmas.

Realizado o plebiscito, em conformidade com a Lei Complementar nº 56, a população da área a ser desmembrada se manifestou favoravelmente à criação do município.

Assim sendo nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.12.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 530/95, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que declara de Utilidade Pública a Fundação ABC para assistência e divulgação técnica agropecuária, com sede e foro no Município de Castro. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 174, de 04.12.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 530/95

P A R E C E R:

A proposição em tela, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Fundação ABC para Assistência e Divulgação Técnica-Agropecuária, com sede e foro no Município de Castro.

Analizando sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CEZAR SILVESTRI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 4036, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.